



MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE

CEARÁ

Poder Executivo

---

LEI N° 5530, DE 23 DE AGOSTO DE 2023

Reconhece de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS PERMISSIONÁRIOS DO MERCADO DO PIRAJÁ (APMP) e adota outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 72, inciso III, da Lei Orgânica do Município.

FAÇO SABER que a CÂMARA MUNICIPAL aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica reconhecida de Utilidade Pública a Associação dos Permissionários do Mercado Pirajá (APMP), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 50.721.517/0001-48, sem fins lucrativos, filantrópica, sem qualquer vínculo político partidário, que tem por finalidade reivindicar dos governos com autonomia administrativa e financeira, sediada temporariamente no Box nº 512, no Mercado Pirajá, Avenida Ailton Gomes, bairro nesta urbe, regendo-se pelo presente Estatuto e Legislação que lhe for aplicável.

Art. 2º - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Palácio Municipal José Geraldo da Cruz em Juazeiro do Norte, Estado do Ceará, aos 23 (vinte e três) dias do mês de agosto do ano de 2023 (dois mil e vinte e três).

GLÉDSON LIMA BEZERRA  
PREFEITO MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE/CE

Autoria: Cícero Claudionor Lima Mota  
Coautor: Saulo Anderson Santana Pereira



## CÂMARA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE

O! A SUA FORÇA, A SUA VOZ!

OF. N° 3061/2023 -RE

Juazeiro do Norte - Ce., 11 de agosto de 2023

Excelentíssimo Senhor  
Glêdson Lima Bezerra  
Prefeito Municipal  
Nesta

R. Glêdson Pem  
11.08.23  


Senhor Prefeito:

Estamos enviando a Vossa Excelência o seguinte Projeto de Lei, aprovado em Sessão Ordinária realizada no dia 10 do mês em curso:

- Reconhece de Utilidade Pública a Associação dos Permissionários do Mercado do Pirajá (APMP) e adota outras providências.

Respeitosamente,

  
RAIMUNDO FARIAS GREGÓRIO JÚNIOR  
1º VICE-PRESIDENTE

LS 2



LEI

DE 11 DE AGOSTO DE 2023

Reconhece de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS PERMISSIONÁRIOS DO MERCADO DO PIRAJÁ (APMP) e adota outras providências.

O Presidente do Poder Legislativo de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará, faz saber que a Câmara Municipal aprovou, para sanção e promulgação do Executivo, os termos desta Lei:

Art. 1º - Fica reconhecida de Utilidade Pública a Associação dos Permissionários do Mercado Pirajá (APMP), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 50.721.517/0001-48, sem fins lucrativos, filantrópica, sem qualquer vínculo político partidário, que tem por finalidade reivindicar dos governos com autonomia administrativa e financeira, sediada temporariamente no Box nº 512, no Mercado Pirajá, Avenida Ailton Gomes, bairro nesta urbe, regendo-se pelo presente Estatuto e Legislação que lhe for aplicável.

Art. 2º- A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará, aos 10 (dez) dias do mês de agosto do ano de 2023.

RAIMUNDO FARIAS GREGÓRIO JÚNIOR  
1º VICE-PRESIDENTE

Autoria: Cicero Claudionor Lima Mota  
Coautor: Saulo Anderson Santana Pereira

# ASSOCIAÇÃO DOS PERMISSIONÁRIOS DO MERCADO PIRAJÁ

## - APMP -

### CAPÍTULO I – DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA, SEDE, FINS E DURAÇÃO

Art. 1º. A Associação dos Permissionários do Mercado Pirajá – APMP, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, sediada temporariamente no Box nº512, Mercado Pirajá, Av. Ailton Gomes, bairro nesta urbe, regendo-se pelo presente Estatuto e legislação que lhe for aplicável.

Art. 2º. A Associação tem como objetivos:

- I – auxiliar e defender os direitos dos Permissionários do Mercado Pirajá;
- II- promover a formação e o aperfeiçoamento do pessoal ligado à categoria de permissionários e feirantes, por meio de palestras e cursos patrocinados pela Associação dos Permissionários do Mercado Pirajá – APMP;
- III - associar os permissionários do Mercado do Pirajá, visando a constituir-se em centro de defesa dos interesses comuns da categoria, e, sobretudo, propiciar, paralelamente, o fortalecimento das relações comerciais, de amizade e do espírito de solidariedade entre eles;
- IV - cooperar com as entidades públicas e privadas nos assuntos que se realizam direta ou indiretamente, com os permissionários e feirantes;
- V - articular-se com entidades congêneres, visando o intercâmbio de informações, de experiência, de novas técnicas introduzidas no campo específico da atividade exercida, visando oferecer melhor serviço ao público-consumidor;
- VI - realizar convênios, elaborar diretrizes no sentido de apresentar melhor qualidade de assistência ao público consumidor em geral;
- VII – apresentar projetos e propostas ao poder executivo municipal com objetivos de melhorias do mercado Pirajá e dos permissionários;
- VIII - Promoção da segurança alimentar e nutricional;
- IX - Promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza
- X - Defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
- XI – Promover de forma direta ou indireta a promoção da cultura, da educação, da saúde, da defesa e conservação do patrimônio histórico.

Art. 3º. A fim de cumprir suas finalidades, a APMP se organizará em tantas unidades de prestação de serviços, denominadas departamentos, quantos se fizerem necessários, os quais se regerão por Regimentos Internos específicos.

Art. 4º. A APMP, na consecução dos seus objetivos, poderá firmar convênios ou contratos e articular-se, pela forma conveniente, com órgãos ou entidades, públicos ou privados.

Art. 5º. O prazo de duração da Associação é indeterminado.

José Edvaldo Q. da Silva  
Aprovado  
OAB/CE 6.927

## CAPÍTULO II - DO PATRIMÔNIO E DAS RECEITAS

Art. 6º. O patrimônio da Associação dos Permissionários do Mercado Pirajá – APMP é constituído de todos os bens indicados na escritura pública de constituição e pelos que ela vier a possuir sob as formas de doações, legados, aquisições, contribuições, subvenções e auxílios de qualquer natureza.

§ 1º. As doações e legados com encargos somente serão aceitos após a aprovação da Assembleia Geral;

§ 2º - A contratação de empréstimos financeiros, seja em bancos, seja por intermédio de particulares, bem como a gravação de ônus sobre imóveis, dependerá de prévia aprovação da Assembleia Geral;

§ 3º - A alienação ou permuta de bens, para aquisição de outros mais rendosos ou mais adequados, dependerá de prévia aprovação da Assembleia Geral.

Art. 7º. Constituem receitas da Associação dos Permissionários do Mercado Pirajá – APMP:

I- as contribuições periódicas ou eventuais de pessoas físicas ou jurídicas, colaboradoras com a Associação;

II- as dotações e as subvenções recebidas diretamente da União, dos Estados e dos Municípios ou por intermédio de órgãos públicos da administração direta ou indireta;

III- os valores recebidos de auxílios e contribuições ou resultantes de convênios com entidades públicas ou particulares, nacionais ou estrangeiras, não destinadas especificamente à incorporação em seu patrimônio;

IV- as receitas operacionais e patrimoniais.

V - as receitas adquiridas através captação de recursos, promoções e ou campanhas.

Art. 8º. O patrimônio e as receitas da Associação somente poderão ser utilizados para a manutenção de seus objetivos.

## CAPÍTULO III - DOS ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS

Art. 9º. São órgãos administrativos da Associação dos Permissionários do Mercado Pirajá – APMP a Assembleia Geral, a Diretoria e o Conselho Fiscal.

Art. 10. Em relação aos integrantes dos órgãos administrativos da Associação observar-se-á o seguinte:

I- não são remunerados seja a que título for, sendo-lhes expressamente vedado o recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagem;

II- não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações assumidas pela Associação em virtude de ato regular de gestão, respondendo naquela qualidade, porém, civil e penalmente, por atos lesivos a terceiros ou à própria entidade, praticados com dolo ou culpa;

III- é vedada a participação de cônjuges e parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau, inclusive, no mesmo órgão administrativo;

IV- salvo o Presidente, nenhum outro integrante poderá participar de mais de um órgão administrativo simultaneamente.

V- perderá o mandato o integrante que faltar a 3 (três) reuniões consecutivas ou a mais de 5 (cinco) alternadas, sem motivo justificado, sendo em qualquer destas hipóteses o seu cargo declarado vago;

José Emanuel Q. da Cunha  
Advogado  
OLBCE 0.834

VI- não é delegável o exercício da função de titular de órgão administrativo da Associação;

VII- os mandatos terão a duração de 2 (dois) anos, permitida a recondução.

Art. 11. A Assembleia Geral, órgão superior de administração da entidade, será constituída por todos os sócios em pleno gozo dos seus direitos estatutários.

Parágrafo único. A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente da Associação, que terá o voto de qualidade em caso de empate nas votações.

Art. 12. Anualmente, nos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício financeiro, deverá haver uma Assembleia Geral ordinária, convocada pelo seu Presidente, para examinar e aprovar:

I- as demonstrações contábeis e a prestação de contas da Diretoria, após o parecer do Conselho Fiscal, e os relatórios anuais circunstanciados das atividades e da situação econômico-financeira da Associação;

II- orçamento anual ou plurianual, ouvindo previamente o Conselho Fiscal, e o programa de trabalho elaborado pela Diretoria.

Art. 13. Além das atribuições previstas no artigo anterior, cabe à Assembleia Geral:

I- eleger e dar posse aos integrantes da Diretoria e do Conselho Fiscal;

II- aprovar o Regimento Interno e outros atos normativos propostos pela Diretoria;

III- sugerir à Diretoria as providências que julgar necessárias ao interesse da Associação;

IV- deliberar sobre a conveniência da aquisição, alienação ou oneração de bens pertencentes à Associação;

V- autorizar a realização de acordos, contratos e convênios que constituam ônus, obrigações e compromissos para a Associação;

VI- deliberar sobre proposta de absorção ou incorporação de outras entidades à Associação;

VII- decidir sobre a reforma do presente estatuto;

VIII- deliberar sobre a extinção da Associação;

IX- decidir os casos omissos neste Estatuto.

Parágrafo único. Excepcionalmente, por motivo de urgência, os casos omissos poderão ser decididos pelo Diretoria *ad referendum* da Assembleia Geral.

Art. 14. A Assembleia Geral se reunirá extraordinariamente quando convocada:

I- pelo Presidente da Associação;

II- por 1/5 (um quinto) dos associados;

III- pela Diretoria;

IV- pelo Conselho Fiscal.

Art. 15. A convocação das reuniões ordinárias ou extraordinárias será feita com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, mediante correspondência pessoal contra recibo, dirigida aos integrantes da Assembleia Geral, contendo a pauta dos assuntos a serem tratados.

Parágrafo único. O quórum mínimo para a abertura das reuniões será, em primeira convocação, de metade mais um dos componentes da Assembleia Geral e, em segunda convocação, trinta minutos após, com pelo menos 1/3 (um terço) dos associados.

Art. 16. O quórum de deliberação será de 2/3 (dois terços) da Assembleia Geral, em reunião extraordinária, para as seguintes hipóteses:

José Emanuel O. da Silveira  
Advogado  
OAB/CE 8.504

- I- alteração do estatuto;
- II- alienação de bens imóveis e gravação de ônus reais sobre os mesmos;
- III- extinção da Associação.

Art. 17. A Diretoria é composta por:

- I - Presidente
- II – vice-presidente
- III – 1º Secretário
- IV – 2º Secretário
- V – 1º Tesoureiro.
- VI – 2º Tesoureiro

Parágrafo único. Ocorrendo vacância ou desistência entre os integrantes da Diretoria, a Assembleia Geral se reunirá no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a vacância, para eleger o novo integrante.

Art. 18. Cabe à Diretoria:

- I- elaborar e executar o programa anual de atividades;
- II- elaborar e apresentar à Assembleia Geral o relatório anual e o respectivo demonstrativo de resultados do exercício findo;
- III- elaborar o orçamento de receitas e despesas para o exercício seguinte;
- IV- elaborar os regimentos internos dos departamentos;
- V- contratar e demitir funcionários.

Art. 19. São atribuições do Presidente:

- I- representar a Associação, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;
- II- cumprir e fazer cumprir este Estatuto e os Regimentos Internos;
- III- convocar e presidir as reuniões da Assembleia Geral e as da Diretoria;
- IV- dirigir e supervisionar todas as atividades da Associação.

Art. 20. São atribuições do Secretário:

- I- substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos;
- II- colaborar com o Presidente na direção e execução de todas as atividades da Associação;
- III- secretariar as reuniões do Conselho Curador e da Diretoria, redigindo as respectivas atas.

Art. 21. São atribuições do Tesoureiro:

- I- arrecadar e contabilizar as contribuições, rendas, auxílios e donativos destinados à Associação, mantendo em dia a escrituração;
- II- efetuar os pagamentos de todas as obrigações;
- III- acompanhar e supervisionar os trabalhos de contabilidade, contratados com profissionais habilitados, cuidando para que todas as obrigações fiscais e trabalhistas sejam devidamente cumpridas em tempo hábil;
- IV- apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados;
- V- apresentar o relatório financeiro a ser submetido à Assembleia Geral;
- VI- apresentar semestralmente o balancete de receitas e despesas ao Conselho Fiscal;
- VII- publicar anualmente a demonstração das receitas e despesas realizadas no exercício;

*[Assinatura]*  
José Eraldo O. da Silveira  
Advogado  
OAB/CE 6.384

VIII- elaborar, com base no orçamento realizado no exercício em curso a proposta orçamentária para o exercício seguinte a ser submetida à Diretoria, para posterior apreciação da Assembleia Geral;

IX- manter todo o numerário em estabelecimento de crédito, exceto valores suficientes para pequenas despesas;

X- conservar sob sua guarda e responsabilidade, todos os documentos relativos à tesouraria;

XI- assinar em conjunto com o Presidente todos os cheques emitidos pela Associação.

Art. 22. O Conselho Fiscal, órgão de controle interno, é composto de 3 (três) integrantes efetivos e 3 (três) suplentes.

§ 1º. O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria.

§ 2º. O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente a cada 6 (seis) meses e extraordinariamente sempre que necessário ou quando convocado pela Assembleia Geral ou pela Diretoria.

§ 3º. Ocorrendo vaga em qualquer cargo de integrante efetivo do Conselho Fiscal, caberá ao respectivo suplente substituí-lo até o fim do mandato para o qual foi eleito.

§ 4º. Ocorrendo vaga entre os integrantes suplentes do Conselho Fiscal, a Assembleia Geral se reunirá no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a vacância, para eleger novo integrante.

Art. 23. São atribuições do Conselho Fiscal:

I- examinar, sem restrições, a todo tempo, os livros contábeis e quaisquer outros documentos da Associação;

II- fiscalizar os atos da Diretoria e verificar o cumprimento dos seus deveres legais, estatutários e regimentais;

III- comunicar à Assembleia Geral erros, fraudes ou delitos que descobrir, sugerindo providências úteis à regularização da Associação;

IV- opinar sobre:

a) as demonstrações contábeis da Associação e demais dados concernentes à prestação de contas;

b) o balancete semestral;

c) aquisição, alienação e oneração de bens pertencentes à Associação;

d) o relatório anual circunstanciado pertinente às atividades da Associação e sua situação econômica, financeira e contábil, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação do Assembleia Geral;

e) o orçamento anual ou plurianual, programas e projetos relativos às atividades da Associação, sob o aspecto da viabilidade econômico-financeira.

#### CAPÍTULO IV - DOS SÓCIOS

Art. 24. A Associação tem as seguintes categorias de sócios:

I- sócios fundadores: as pessoas que assinaram a Ata da Assembleia Geral de constituição da Associação;

II- sócios efetivos: as pessoas que forem admitidas pela Diretoria, de acordo com as condições fixadas pela Assembleia Geral;

III- sócios beneméritos: aquelas pessoas que tenham prestado serviços de relevância para a entidade, segundo a avaliação da Assembleia Geral.

*José Emanuel O. da Silveira  
Advogado  
OAB/CE 6.597*

Parágrafo único. Os sócios efetivos serão admitidos mediante proposta com assinatura de dois sócios em pleno gozo dos seus direitos.

Art. 25. São direitos e deveres dos sócios:

I- cooperar com a Diretoria para o desenvolvimento das atividades da Associação;  
II- zelar pelo fiel cumprimento das normas estatutárias e demais resoluções da Assembleia Geral e da Diretoria.

III- comparecer às Assembleias Gerais para as quais forem convocados, discutir e votar os assuntos constantes da ordem do dia;

IV- convocar a Assembleia Geral, nos termos do art. 14, inciso II.

V- votar e ser votado para os cargos eletivos.

VI- pagar em dia as suas mensalidades.

Parágrafo único. Os sócios somente poderão efetuar negócios de qualquer natureza, direta ou indiretamente, com a Associação, devidamente autorizados pela Assembleia Geral.

Art. 26. Os sócios que descumprirem as determinações do Estatuto estarão sujeitos às seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) suspensão;
- c) exclusão.

Art. 27. As penalidades de advertência e suspensão serão aplicadas aos associados pela Diretoria.

Parágrafo único. Quando o infrator for um membro da Diretoria e do Conselho Fiscal, as penalidades de advertência e suspensão serão aplicadas pela Assembleia Geral.

Art. 28. Considera-se falta grave, sujeita à penalidade de exclusão, provocar ou causar prejuízo moral ou material à Associação.

Parágrafo único. Compete privativamente à Assembleia Geral a aplicação da penalidade de exclusão.

Art. 29. Das penalidades impostas, caberá recurso voluntário, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para a Assembleia Geral.

Art. 30. Será assegurado a todos os associados amplos direitos de defesa.

## CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 31. A Associação não distribui dividéndos nem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou participação no resultado, aplicando inteiramente no País os seus recursos financeiros, inclusive eventual superávit, de acordo com os objetivos estatutários.

Art. 32. O exercício financeiro coincidirá com o ano civil.

Art. 33. A Associação manterá a sua escrita contábil/fiscal em livros revestidos das formalidades legais e capazes de assegurar sua exatidão.

*José Eraldo Q. dos Santos  
Advogado  
CAT/CE nº 391*

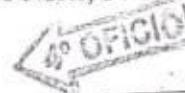
Art. 34. Os funcionários que forem admitidos para prestar serviços profissionais à Associação serão regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

Art. 35. A extinção da Associação dar-se-á mediante o voto favorável de 2/3 (dois terços) dos associados presentes à Assembleia Geral extraordinária convocada especialmente para tal fim, conforme previsto nos arts. 13, inciso VIII, e 16, inciso III, deste Estatuto.

Parágrafo único. Decidida a extinção da Associação, a Assembleia Geral destinará o patrimônio a instituição congênere, devidamente registrada no Conselho Nacional de Assistência Social.

O presente estatuto foi aprovado pela Assembleia geral realizada no dia 14 de abril de 2023.

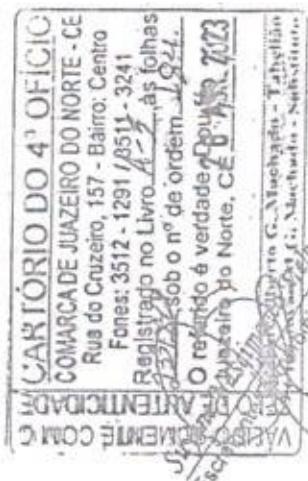
Juazeiro do Norte, 14 de abril de 2023



*Erasmo G. Leite*  
Erasmo Gonçalves Leite  
Presidente da APMP  
CPF: 438.568.453-72  
RG: 2007029108169

*José Erivaldo O. dos Santos*  
Advogado  
OAB/CE 6.084

JOSE ERIVALDO  
OLIVEIRA DOS  
SANTOS: 31270786334  
Assinado de forma digital por  
JOSE ERIVALDO OLIVEIRA DOS  
SANTOS: 31270786334  
Dados: 2023.04.17 17:06:42  
-03:00'



CUSTAS E ENOLAMENTOS INCIDENTES

Nº de Afaz./Grau: 202304290000007  
Total Enolam.: 78,88 Total FAACEP: 3,64  
Total PE/PROJAU: 6,98 Total FPM/EP: 2,14  
Total BEM/IC: 8,29 [Total IC]: 8,29

PODER JUDICIÁRIO  
Estado do Ceará

Setor 111  
Relação RJ/RCFJ

Valor Total: 95,31  
Base de Cálculo (Alíus) com Valor Declaração: 95,31

AAT20230429005-KBQ9



Detalhamento da Entrada / Listagem dos débitos  
da tabela de enolamentos anexados

Código: 80001 /

SELLO DIGITAL DE  
AUTENTICIDADE

Centro e varredura de Selo Digital  
https://digital.judicial.gov.br/validar

mario Pereira Pinto

Maria Rosilene Süss dos Santos (Lerenha)  
Edition Olímpio da Silva Neto.

Faúzana Penteima S. Pinto

Lisias Soares Gonçalves

Raimundo Alves do Carmo  
Maria José de S. Evangelista

Jacaréia Cosme da Silva

Josémos Ribeiro de Souza

Carvalho Gomes & Oliveira

Maria Encarnação da Silva Aguiar

Jan Nadi di Oliveira Batista Timóteo  
Romana da Silva Aquino

Luiz Mendes

Roxanne Nunes Soárez

Edilene Alves Lopes

Augusto da Cunha

Elsa Genésie Soárez de Cunha

Juvaldoen Gomes Bezerra

Karl de Souza Pinto

Mariross Bezerros

Oliveira Bezerra

Francoza de Souza Pinto

Bruna Santos Alves

Adriana Alves de Lima

Roberio fernandes

Edval Reisito

Cicero Alvesell morira Batista

Raimundo jesusco coelho

marcia Lucimila silve

Kobangela Cuspim Ferreira

Valemirson Alves de Souza

Luzamira Rosa de Carvalho

Paulo rogerio da Silva

Jonaina das Santas Bezerra

Joséwso Poldorach

lucio Flávio de costa

Adelio Antônio Soares

Paulo Góes

Ana Lucia Borges Costa

Fabio Pereira Lima

Edilison matias da silva

José Walmir Paula Vidal

Júlio Victor da Silva

Antônio Ribeiro

Jacemir da Silva

Domingos Belmi da silva

Domingos dos Santos

Samantha Connolly A. Sacramento

Francisco Ernesto Amorim Ferreira

Sólimar Ferreira de Silva

Luziane Maria da Silva

Maria do Socorro Flávio dos Santos

Geraldo Damião da Silva Ferreira

Hélia Ferreira Pelt

Danielle F. Costa

Jennyemerson de Souza criss.

Maria Lúcia de Souza

Mariu auxiliadora Peláez Ferreira

Rosana Vitoria Oliveira Malcello

W. Lourdes Gomes Ferreira

Eleena M. de Souza Sant'anna

Maryaril de Souza Góes

Francisco J. Soares de Britto

José Adair Nogueira da Silva

Fernando Soárez

Frau Elia dos Santos

José Lira Barbosa

Jussieli Santos Silva

Rosana Ferreira da Silva

Elison Celso de Oliveira

Cíntia Silva

Maria Zeneide Rabasa

Roberto Agostinho da Silva

Rogério Agostinho da Silva  
EUANDER DE S. ABREU

José Winton L. M.

José Daniel Santos de Souza

Gracinda B. Barbosa

Eduardo ~~vinzente~~

Araújo de Souza Silva

Maria das Dores da Silva Santos.

Raimundo Edilário Gonçalves da Silva

Sílvia Gomes ~~do Canto~~

Francisca das Pontes Alcantara

Silvana Ferreira

Valdirene Nogueira Bezerra Silva

Antônio ~~do Canto~~

Tereza Nogueira Bezerra

Wiliane Alves de Almeida

Maria Sabino Daciol

Antônio Juscelino e Loida

MARIA PEÇA MOREIRA LIMA

P. de Oliveira R. Reutiro

José Carvalho Lima

Eugenio de Barros Almeida

Liceno dos Santos

Eliene Macedo da Silva

Christiano P. sobrinho  
 Jocelmo Góesio Gonçalves  
 Vera Lúcia B. do Silva  
 Antonia D'Inkens de Souza  
 Antônia Rodrigues Leiva Duost  
 Jacyceel'ne Rodolfo Ferreira  
 Mothias da Costa Bezerra  
 Gobu'N da Costa Bezerra  
 Antonior Aurenio da Costa Bezerra  
 Terezinha Roseli A.F. Santos  
 Rayanne Neler Pereira

VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE	CARTÓRIO DO 4º OFÍCIO
COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE - CE	
Rua do Cruzeiro, 157 - Bairro: Centro	
Fones: 3512 - 1291 / 3511 - 3241	
Registrado no Livro 0-10, às folhas	
000000000000, sob o nº de ordem 33-004.	
O referido é verdade. Dou-me Juazeiro do Norte, CE <u>26 APR 2023</u>	
Carlos Alberto S. Machado - tabelião titular da carteira de julgador - Substituto	

*(Handwritten signature over the stamp)*

CUSTAS E EMOLUMENTOS INCIDENTES  
 Nº do Atto/Guarda: 20230429000000000000  
 Total Emolumentos: 32,56 Total FAJADEP: 1,13  
 Total PESO/AL: 4,65 Total FIRMAP: 1,13  
 Total Selos: 4,25 (Total ISB): 1,13  
 Valor Total: 48,41

Base de Cálculo / Atas com Valor Declarado  
 Bônus/gênero: 1,13

Detalhamento da cobrança / Utilização dos códigos  
 da tabela de emolumentos arrolvidas  
 Código: HS19

SELO DIGITAL DE  
 AUTENTICIDADE  
 AAT576596-HS19



Entre e vote no site do Poder Judiciário  
www.poderjudicial.ce.gov.br

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
CARTERA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME  
ERASMO GONCALVES LEITE



DOC.IDENTIDADE / ORG.EMISSOR UF

2007029108169 SSP

CE

CPF

438.568.453-72

DATA NASCIMENTO  
26/11/1971

FILIAÇÃO

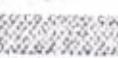
JOAO GONCALVES NETO

PEDRINA MAMEDE BEZERRA

PERMISSÃO



ACC



CAT.HAB.

AB

Nº REGISTRO

04857382837

VALIDADE

30/10/2024

1ª HABILITAÇÃO

09/07/1996

OBSERVAÇÕES

SEM OBSERVAÇÃO;

Erasmo G. Leite

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL

JUAZEIRO DO NORTE, CE

DATA EMISSÃO

07/11/2019

Igor Vasconcelos Ponte  
ASSINATURA DO EMISSOR

01656043624  
CE173275907

CEARA

VÁLIDA EM TODO  
O TERRITÓRIO NACIONAL  
1842602347

PROIBIDO PLASTIFICAR

1842602347

# ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS PERMISSIONÁRIOS DO MERCADO PIRAJÁ - APMP

Aos quatorze dias do mês de abril de dois mil e vinte três às 9h, reuniram-se, em Assembleia Geral, no endereço da Mercado Pirajá, Box 512 as pessoas abaixo assinadas, que por aclamação, escolheu para presidir os trabalhos Erasmo Gonçalves Leite e para secretariá-lo foi indicado a Senhorita Fernanda de Oliveira Vieira. Em seguida, o Presidente declarou abertos os trabalhos e apresentou a pauta de reunião, contendo os seguintes assuntos: 1º) discussão e aprovação do Estatuto da Associação; 2º) Votação da única chapa apresentada e 3º) Posse dos eleitos. Dando continuidade aos trabalhos, o Senhor presidente solicitou da secretaria que procedesse à leitura do estatuto, artigo por artigo e ressaltou que o presente estatuto já tinha sido discutido no dia XX de março para posterior apresentação, leitura, discussão e aprovação da Assembleia no dia da fundação. Concluída a leitura, foi o mesmo submetido à discussão e posterior votação. Ovidos os presentes, o estatuto foi, então, aprovado por unanimidade, contendo os seguintes pontos principais: **CAPÍTULO I – DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA, SEDE, FINS E DURAÇÃO.** Art. 1º. A Associação dos Permissionários do Mercado Pirajá – APMP, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, sediada temporariamente no Box nº 512, Mercado Pirajá, Av. Ailton Gomes, bairro nesta urbe, regendo-se pelo presente Estatuto e legislação que lhe for aplicável. Art. 2º. A Associação tem como objetivos: I – auxiliar e defender os direitos dos Permissionários do Mercado Pirajá; II- promover a formação e o aperfeiçoamento do pessoal ligado à categoria de permissionários e feirantes, por meio de palestras e cursos patrocinados pela Associação dos Permissionários do Mercado Pirajá – APMP; III - associar os permissionários do Mercado do Pirajá, visando a constituir-se em centro de defesa dos interesses comuns da categoria, e, sobretudo, propiciar, paralelamente, o fortalecimento das relações comerciais, de amizade e do espírito de solidariedade entre eles; IV - cooperar com as entidades públicas e privadas nos assuntos que se realizam direta ou indiretamente, com os permissionários e feirantes; V - articular-se com entidades congêneres, visando o intercâmbio de informações, de experiência, de novas técnicas introduzidas no campo específico da atividade exercida, visando oferecer melhor serviço ao público-consumidor; VI - realizar convênios, elaborar diretrizes no sentido de apresentar melhor qualidade de assistência ao público consumidor em geral; VII – apresentar projetos e propostas ao poder executivo municipal com objetivos de melhorias do mercado Pirajá e dos permissionários; VIII - Promoção da segurança alimentar e nutricional; IX - Promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza; X - Defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável; XI – Promover de forma direta ou indireta a promoção da cultura, da educação, da saúde, da defesa e conservação do patrimônio histórico. **CAPÍTULO II - DO PATRIMÔNIO E DAS RECEITAS.** Art. 6º. O patrimônio da Associação dos Permissionários do Mercado Pirajá – APMP é constituído de todos os bens indicados na escritura pública de constituição e pelos que ela vier a possuir sob as formas de doações, legados, aquisições, contribuições, subvenções e auxílios de qualquer natureza. **CAPÍTULO III - DOS ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS.** Art. 9º. São órgãos administrativos da Associação dos Permissionários do Mercado Pirajá – APMP a Assembleia Geral, a Diretoria e o Conselho Fiscal. Art. 10. Em relação aos integrantes dos órgãos administrativos da Associação observar-se-á o seguinte: VII- os mandatos terão a duração de 2 (dois) anos, permitida a recondução. **CAPÍTULO IV - DOS**

**SÓCIOS.** Art. 24. A Associação tem as seguintes categorias de sócios: I- sócios fundadores: as pessoas que assinaram a Ata da Assembleia Geral de constituição da Associação; II- sócios efetivos: as pessoas que forem admitidas pela Diretoria, de acordo com as condições fixadas pela Assembleia Geral; III- sócios beneméritos: aquelas pessoas que tenham prestado serviços de relevância para a entidade, segundo a avaliação da Assembleia Geral. **CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES FINAIS.** Art. 35. A extinção da Associação dar-se-á mediante o voto favorável de 2/3 (dois terços) dos associados presentes à Assembleia Geral extraordinária convocada especialmente para tal fim, conforme previsto nos artigos. 13, inciso VIII, e 16, inciso III, deste Estatuto. Parágrafo único. Decidida a extinção da Associação, a Assembleia Geral destinará o patrimônio a instituição congênere, devidamente registrada no Conselho Nacional de Assistência Social. Passou-se, em seguida, ao item “2” da pauta. Nesse momento o presidente dos trabalhos ressaltou que de forma democrática e em comum acordo com a Assembleia, foi disponibilizado edital de convite para formação e apresentação de chapa para eleição da diretoria da Associação dos Permissionários do Mercado Pirajá – APMP e que decorridos o prazo, que foi de dezesseis de março a trinta e um de março, apenas uma chapa se apresentou, desta forma e considerando que apenas uma chapa foi apresentada, ficou deliberado que a votação de aprovação ou não da única chapa ficasse para o dia quatorze de abril das 10h às 12h e com apuração após votação. Após as devidas aclarações, o presidente deu por aberto o processo de votação, onde foi disponibilizado três urnas e cédulas com a opção de sim (concordando com a chapa) e não (não concordando com a chapa), para o processo de votação com sufrágio livre para os permissionários do Mercado Pirajá. Depois de decorrido o tempo imposto foi encerrado o processo de votação, seguindo-se para o processo de apuração. Para fiscalizar e participar do processo de apuração foi convidado o senhor Idevânio de Sousa Carvalho, servidor público municipal, portador de CPF:750.043.803-68 e RG: 950290810-64 residente nesta urbe, a Senhorita Fernanda de Oliveira Vieira, autônoma, portadora de CPF: 018.237.383-54 e RG: 2003029038192 residente nesta urbe, o Senhor Elano Moreira, permissionário, portador de CPF:872.953.343-00 , RG:329975798 residente nesta urbe, o Senhor Valdir Barbosa de Medeiros, servidor público municipal, portador de CPF: 400.743.903-68 e residente nesta urbe, e o Senhor Erasmo Gonçalves Leite, permissionário, portador de CPF:438.568.453-72 e RG:2007029108169. Encerrado o processo de contagem, apurou-se que das cédulas disponíveis e pela lista de frequência, compareceram duzentas e cinquenta seis permissionários, havendo seis votos para o “não” e duzentos e cinquenta votos para “sim”, uma vez encerrado as contagem deu-se por eleita de forma democrática a única chapa apresentada, para o mandato de 2 (dois) anos permitida a recondução, foram escolhidos os seguintes membros para comporem os órgãos internos: **DIRETORIA EXECUTIVA:** Cargo Presidente: Erasmo Gonçalves Leite, CPF:438.568.453-72, RG: 2007029108169, Estado. Civil: casado, Profissão: comerciante, residente na Rua da paz 80, Bairro Pirajá, nesta Urbe; para o cargo de Vice Presidente: Elano Moreira da Silva Morais CPF: 872.953.343-00, RG: 329975798, Estado Civil: União Estável, Profissão: Autônomo, Endereço: Rua: Ângela de Albuquerque Matos, 418 Jardim Gonzaga; **Cargo 1º Tesoureiro:** Cicero Ronaldo Souza Costa, CPF: 119.987.413-20, RG: 2019177012-9, Estado Civil: casado, Profissão: aposentado, Endereço: Travessa João Marcelino 20, Bairro Pirajá; **Cargo: 2º Tesoureiro:** Clébson Oliveira Gonçalves, CPF: 927.218.503-34, RG: 99029272385, Profissão: empresário, residente na Avenida Manuel Coelho de Alencar nº 2.381 bairro Betolândia; **Cargo: 1ª Secretária:** Francisca Michele Ferreira Barros, CPF: 037.896.273.64, RG: 2006029198321, Estado Civil: casado, Profissão: Autônomo, residente na Rua: Eduardo campos 377, bairro Campo Alegre. **Cargo 2º Secretária:** Horaciana Máximo de Moraes Santana, CPF: 163.196.588-35,

RG:2002034025569, Estado Civil: casada, Profissão: comerciante, residente na Avenida Paraíba,61 no bairro: Pirajá. Na ocasião também foram escolhidos os seguintes membros para comporem o CONSELHO FISCAL: Cargo: 1º Conselheiro Fiscal, Nome: Cosmo Bernardo dos Santos, CPF: 008.918.913-23, RG: 2001034120482, Estado Civil: casado, Profissão: autônomo, Residente na Rua Farias Brito, número 893 no bairro Romeirão: 2º Conselheiro Fiscal; Regivaldo Rodrigues da Silva, CPF: 002.046.273-54, RG: 2001029012324, Estado Civil: casado, Profissão: açougueiro, Endereço: Rua capitão Coimbra, nº 130, Bairro Pirajá, nesta urbe; 3º Conselheiro Fiscal: Adriana Alves de Lima, CPF: 965.038.233-04, RG: 98029014957, Estado Civil: solteira, Profissão: comerciante. Endereço: Rua Duque de Caxias 235, Bairro Pirajá. 1º Suplente de Conselheiro: Francisco de Assis Bantim Simplicio CPF: 014.024.933-80, RG: 2002034040606, Estado Civil: casado, Profissão: Autônomo, residente na Rua Francisco da Silva,103 no bairro: Limoeiro, residente nesta urbe 2º Suplente Fiscal: Roger Neris Bezerra, CPF: 055396.839-99, RG: 2004034109211, Estado Civil: Divorciado, Profissão: Feirante, Endereço: Rua José Luiz Siebra, 17, Bairro Timbaúba, residente nesta urbe 3º Suplente Fiscal: Francisco Costa de Oliveira, CPF: 172.626.048-80, RG: 289260644, Estado Civil: casado. Profissão: comerciante, Endereço: Rua São Bento 1.856, Bairro Pirajá, residente nesta urbe. Por fim, passou-se para o item "3" da pauta, posse dos eleitos. A secretária no uso de suas atribuições, após contagem dos votos e confirmando a vitória da única chapa apresentada, passou a palavra para o presidente dos trabalhos que deu posse aos eleitos supracitada anteriormente. No uso da palavra o presidente eleito da chapa única, falou dos compromissos e de seus projetos para a Associação dos Permissionários do Mercado Pirajá. - APMP e lembrou que enquanto a Associação não consegue uma sede própria, funcionará de forma provisória em seu ponto comercial, cito o box quinhentos e doze (512) no Mercado Pirajá. Nada mais havendo, o Presidente, fez um resumo dos trabalhos do dia, bem como das deliberações, agradeceu pela participação de todos os presentes e deu por encerrada a reunião, da qual eu, Fernanda Vieira Vieira, secretária ad hoc de reunião, lavrei a presente ata, que foi lida, achada correta e firmada por todos os presentes abaixo relacionados.

Secretária: Fernanda Vieira Vieira

Presidente: Cosmo G. Silveira

Vice-presidente: Cloro Moreira da Silva Moraes

1º secretário: Fca Michelle Fennina Bannos

2º secretário: Giovanna Kárimo de M. Santana

1º tesoureiro: Caso Roberto de Souza Costa

2º tesoureiro: Cleberson Oliveira Gonçalves

1º Conselheiro Fiscal: Francisco de Assis Bantim Simplicio

2º Conselheiro Fiscal: Regivaldo Rodrigues da Silva

3º Conselheiro Fiscal: Adriana Alves de Lima

Suplente de conselho Fiscal: Francisco de Assis Bantim Simplicio

Suplente de conselho Fiscal: Roger Neris Bezerra

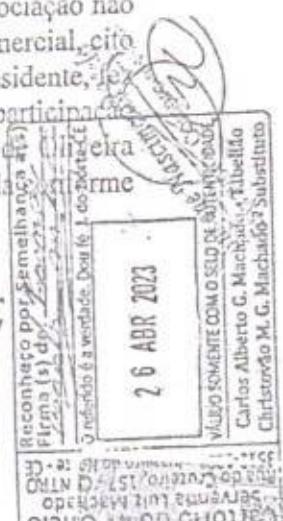
Suplente de conselho Fiscal: Francisco Costa de Oliveira

Associados:

REGILANIO CAMPOS DOS SANTOS

Cicero de Souza Ferreira

Fernando de Oliveira



26 ABR 2023

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS  
PERMISSIONÁRIOS DO MERCADO PIRAJÁ - APMP. AOS QUATORZE DIAS  
DO MÊS DE ABRIL DE DÉS MIL E VINTE TRÊS ÀS NOVE HORAS (09h),  
REUNIRAM-SE EM ASSEMBLEIA GERAL, NO ENDEREÇO DO MERCADO PIRAJÁ,  
BOX QUINHENTOS E DOZE (512) AS PESSOAS ABALHO ASSINADAS,  
QUE POR ACCLAMAÇÕES ESCOLHEU PARA PRESIDIR OS TRABALHOS ELASMO  
GONÇALVES LEITE E PARA SECRETARIA-LO FOI INDICADO A SENHORITA  
FERNANDA DE OLIVEIRA MEIRA. EN SEGUIDA, O PRESIDENTE DECLAROU  
ABERTOS OS TRABALHOS E APRESENTOU A PAUTA DA REUNIÃO, CONTEN-  
DO OS SEGUINTES ASSUNTOS; 1º) DISCUSSÕES E APROVAÇÕES DO ESTATU-  
TO DA ASSOCIAÇÃO; 2º) VOTAÇÕES DA ÚNICA CHAPA APRESENTADA E 3º)  
POSSE DOS ELEITOS. DANDO CONTINUIDADE AOS TRABALHOS, O SENHOR  
PRESIDENTE SOLICITOU DA SECRETARIA QUE PROCEDESSE À LEITURA  
DO ESTATUTO, ARTIGO POR ARTIGO E RESSALTOU QUE O PRESENTE  
ESTATUTO JÁ TINHA SIDO DISCUTIDO NO DIA VINTE DE MARÇO PARA  
POSTERIOR APRESENTAÇÃO, LEITURA, DISCUSSÕES E APROVAÇÕES DA ASSEM-  
BLEIA NO DIA DA FUNDAÇÃO. CONCLUÍDA A LEITURA, FOI O MESMO SUBME-  
NDO À DISCUSSÃO E POSTERIOR VOTAÇÃO. DILIDOS OS PRESENTES, O  
ESTATUTO FOI, ENTÃO, APROVADO POR UNANIMIDADE, CONTENDO OS SE-  
GUINTES PONTOS PRINCIPAIS: CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA,  
SEDE, FINS E DURAÇÃO. ARTIGO 1º: A ASSOCIAÇÃO DOS PERMISSIONÁRIOS  
DO MERCADO PIRAJÁ - APMP - É UMA PESSOA JURÍDICA DE DIREITO  
PRIVADO, SEM FINS LUCRATIVOS, COM AUTONOMIA ADMINISTRATIVA E  
FINANCEIRA, SEDIADA TEMPORARIAMENTE NO BOX 512, MERCADO  
PIRAJÁ, AVENIDA AILTON GOMES, BAIRRO MESTRA UBER, REGENDO-SE  
PELO PRESENTE ESTATUTO E LEGISLAÇÕES QUE LHE FOR APLICÁVEL.  
ARTIGO 2º: A ASSOCIAÇÃO TEM COMO OBJETIVOS: I - AUXILIAR E DE-  
FENDER OS DIREITOS DOS PERMISSIONÁRIOS DO MERCADO PIRAJÁ; II  
PRONOVER A FORMAÇÃO E O APERFEIÇOAMENTO DO PESSOAL LIGA-  
DO A CATEGORIA DE PERMISSIONÁRIOS E FEIRANTES, POR MEIO DE  
PALESTRAS E CURSOS PATROCINADOS PELA ASSOCIAÇÃO DOS PERMIS-  
SIONÁRIOS DO MERCADO PIRAJÁ - APMP; III ASSOCIAR OS PERMISSIO-  
NÁRIOS DO MERCADO PIRAJÁ, VISANDO A CONSTITUIR-SE EM CENTRO

DE DEFESA DOS INTERESSES COMUNS DA CATEGORIA, E, SOBRE TUDO, PROPRIETÁRIO, PARALELAMENTE, O FORTALECIMENTO DAS RELAÇÕES COMERCIAIS, DE AMIZADE, E DO ESPIRITO DE SOLIDARIEDADE ENTRE ELES; IV - COOPERAR COM AS UNIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS LOS ASSUNTOS QUE SE REALIZAM DIRETA OU INDIRETAMENTE, COM OS PERMISSIONÁRIOS E FERIANTES; V - ARTICULAR-SE COM UNIDADES CONGÊNERES, USANDO O INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES; DE EXPERIÊNCIA, DE NOVAS TÉCNICAS INTRODUZIDAS NO CAMPO ESPECÍFICO DA ATIVIDADE EXERCIDA, USANDO OFERECER MELHOR SERVIÇO AO PÚBLICO - CONSUMIDOR; VI - REALIZAR, COMÉRCIO, ELABORAR DIRETRIZES NO SENTIDO DE APRESENTAR MELHOR QUALIDADE, ASSISTÊNCIA AO PÚBLICO CONSUMIDOR EM GERAL; VII APRESENTAR PROJETOS E PROPOSTAS AO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL COM OBJETIVOS DE MELHORIAS DO MERCADO PIRAJÁ E DOS PERMISSIONÁRIOS; VIII - PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL; IX - PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DE LUTA À POBREZA; X - DEFESA, PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL; XI - PROMOVER DE FORMA DIRETA OU INDIRETA A PROMOÇÃO DA CULTURA, DA EDUCAÇÃO, DA SAÚDE, DA DEFESA E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CAPÍTULO II - DO PATRIMÔNIO E DAS RECEITAS. ARTIGO 6º O PATRIMÔNIO ASSOCIAÇÃO DOS PERMISSIONÁRIOS DO MERCADO PIRAJÁ - APMP - É constituído de todos os bens indicados na escritura pública de constituição e pelos que ela vier a possuir sob as formas de doações, legados, aquisições, contribuições, subvenções e auxílios de qualquer natureza. CAPÍTULO III - DOS ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS. ARTIGO 7º São os ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS DA ASSOCIAÇÃO DOS PERMISSIONÁRIOS DO MERCADO PIRAJÁ - APMP - A ASSEMBLEIA GERAL, A DIRETORIA E O CONSELHO FISCAL. ARTIGO 10º. EM RELAÇÃO AOS INTEGRANTES DOS ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS DA ASSOCIAÇÃO OBSERVAR-SE - A. O SEGUINTE: III - OS MANDATOS TERÃO A DURAÇÃO DE DEZ ANOS, PERMITIDA A RECONDUÇÃO. CAPÍTULO IV - DOS SÓCIOS. ARTIGO 24º A ASSOCIAÇÃO TEM AS SEGUINTES CATEGORIAS DE SÓCIOS: I. SÓCIOS FUNDADORES: AS PESSOAS QUE ASSINARAM A ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO; II. SÓCIOS EFÉTIVOS: AS PESSOAS QUE FOREM ADMITIDAS PELA DIRETORIA, DE ACORDO COM AS

CONDIÇÕES FIXADAS PELA ASSEMBLEIA GERAL; III) SÓCIOS BENEFÉRIOS: AQUELAS PESSOAS QUE TENHAM PRESTADO SERVIÇOS DE RELEVÂNCIA PARA A ENTIDADE, SEGUNDO A AVALIAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL. CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES FINAIS. ARTIGO 35. A EXTINÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DAR-SE-Á MEDIANTE O VOTO FAVORÁVEL DÉ DOIS TERÇOS (2/3) DOS ASSOCIADOS PRESENTES A ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA CONVOCADA ESPECIALMENTE PARA TAL FIM, CONFORME PREVISTO NOS ARTIGOS 13, INCISO VIII; E 16, INCISO III, NESTE ESTATUTO PARÁGRAFO ÚNICO. DECIDIDA A EXTINÇÃO DA ASSOCIAÇÃO, A ASSEMBLEIA GERAL DESTINARÁ O PATRIMÔNIO A INSTITUIÇÕES GONGENÉRE, DEVIDAMENTE REGISTRADA NO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. PASSOU-SE, EM SEGUIDA, AO ITEM DOIS DA PAUTA. NESSE MOMENTO O PRESIDENTE DOS TRABALHOS RESSALTOU QUE DE FORMA DEMOCRÁTICA E EM COMUM ACORDO COM A ASSEMBLEIA FOI DISPONIBILIZADO EDITAL DE CONVITE PARA FORMAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE CHAPA PARA ELEIÇÃO DA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO DOS PERMISSIONÁRIOS DO MERCADO PIRAJÁ E QUE DECORRIDOS O PRAZO, QUE FOI DE DEZESSEIS DE MARÇO A TRINTA E UM DE MARÇO; APENAS UMA CHAPA SE APRESENTOU, DESTA FORMA E CONSIDERANDO QUE APENAS UMA CHAPA FOI APRESENTADA, FICOU DEU ERADO QUE A VOTAÇÃO DE APROVAÇÃO OU NÃO DA ÚNICA CHAPA FICASSE PARA O DIA QUATORZE DÉ ABRIL DA SEXTA MARÇO E COM APURAÇÃO APÓS VOTAÇÃO. APÓS AS DEVIDAS ALEGACÕES, O PRESIDENTE DEU PÓR ABERTO O PROCESSO DE VOTAÇÃO, ONDE FOI DISPONIBILIZADO TRÊS URNAS E CEDULAS COM A OPCAO DE SIM (CONCORDANDO COM A CHAPA) E NÃO (NÃO CONCORDANDO COM A CHAPA) PARA O PROCESSO DE VOTAÇÃO COM SUFRÁGIO LIVRE PARA OS PERMISSIONÁRIOS DO MERCADO PIRAJÁ. DEPOIS DE DECORRIDO O TEMPO IMPÓSTO FOI ENCERRADO O PROCESSO DE VOTAÇÃO, SEGUINDO-SE PARA O PROCESSO DE APURAÇÃO PARA FISCALIZAR E PARTIÇPAR DO PROCESSO DE APURAÇÃO FOI CONVIDADO O SENHOR IDEUÂNIO DE SOUSA CARUALHO

SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, PORTADOR DE CPF: 752.043.803-  
65 E RG: 9502.90810-64 RESIDENTE NESTA UBER, A SENHOR.  
RITA FERNANDA DE OLIVEIRA VIEIRA, AUTÔNOMA, PORTADORA DE CPF:  
018.237.383-54 E RG: 2003029038702 RESIDENTE NESTA UBER,  
O SENHOR ELANO MOREIRA, PERMISSIONÁRIO, PORTADOR DE CPF: 872.  
953.343-00, RG: 329975798 RESIDENTE NESTA UBER, O SENHOR  
VALDIR BARBOSA DE NEDEIROS, SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, PORTADOR  
DE CPF: 400.743.903-68 E RESIDENTE NESTA UBER, E O SENHOR E-  
RASMO GONÇALVES LEITE, PERMISSIONÁRIO, PORTADOR DE CPF: 433.  
568.453-72 E RG: 2007029108169. ENCERRANDO O PROCESSO DE  
CONTAGEM, APUROU-SE QUE DAS CEDULAS DISPONIVEIS E PELA LISTA  
DE FREQUÊNCIA, COMPARECERAM DUZENTAS E CINQUENTA E SEIS PERMIS-  
SIONÁRIOS, HAVENDO SEIS VOTOS PARA O "NÃO" E DUZENTOS E CINQUEN-  
TA VOTOS PARA "SIM", UMA VEZ ENCERRADO AS CONTAGEM DEU-SE  
POE ELEITA DE FORMA DEMOCRÁTICA A ÚNICA CHAPA APRESENTADA,  
PARA O MANDATO DE DOIS ANOS PERMITIDA A RECONDUÇÃO, FORAM ES-  
COLHIDOS OS SEGUINDES MEMBROS PARA COMPOREM OS ORGÃOS IN-  
TERNOS: DIRETORIA EXECUTIVA: LARGO PRESIDENTE: ERASMO GONÇALVES  
LEITE, CPF: 433.568.453-72, RG 2007029108169, ESTADO CIVIL:  
CASADO, PROFISSAO: COMERCIANTE, RESIDENTE NA RUA DA PAZ 80 BAIR-  
RO PIRAJA, NESTA UBER; PARA O CARGO DE VICE PRESIDENTE: ELANO  
MOREIRA DA SILVA MORAIS CPF: 872.953.343-00, RG: 329975798,  
ESTADO CIVIL: UNIÃO ESTÁVEL, PROFISSAO: AUTÔNOMO, ENDEREÇO:  
RUA ANGELA DE ALBUQUERQUE MATOS, 418 BAIRRO JARDIM GONZAGA;  
CARGO 1º: TESOURERO: CÍCERO RONALDO SOUTA COSTA, CPF: MA.987.  
413-20, RG: 2019777012-9, ESTADO CIVIL: CASADO, PROFISSAO:  
APOSENTADO, ENDEREÇO: TRAVESSA JOÃO MARCELINO 20, BAIRRO:  
PIRAJA; CARGO: 2º: TESOURERO, CLEISON OLIVEIRA GONÇALVES,  
CPF: 927.218.503-34, RG: 99029272385, PROFISSAO EMPRESÁRIO  
RESIDENTE NA AVENIDA MANUEL COELHO DE ALENCAR, 2881 BAIRRO  
BETOLÂNDIA; CARGO: 3º: "SECE", DIGO SECRETÁRIO: FRANCISCA NICHELE  
FERREIRA BARROS, CPF: 037.896.273-64, RG: 2006029708321,  
ESTADO CIVIL: CASADO, PROFISSAO: AUTÔNOMO, RESIDENTE NA RUA

EDUARDO CAMPOS; 377, BAIRRO CAMPO ALEGRE. CARGO 2º SECRETÁRIO: HORACIANA MÁXIMA DE MORAIS SANTANA; CPF: 163. NRG. 588 - 35, RG: 200 203 402 5569, ESTADO CIVL: CASADA, PROFISSAS: COMERCIANTE, RESIDENTE NA AVENIDA PARAÍBA, 61 NO BAIRRO PIRAJÁ. NA OCASIÃO TAMBÉM FORAM ESCOLHIDOS OS SEGUINTE MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO FISCAL: CARGO 1º: CONSELHEIRO FISCAL: COSMÓ BERNARDO DOS SANTOS; CPF: 008. 918. 913-23, RG: 200 003 412 0482, ESTADO CIVL: CASADO, PROFISSAS: AUTÔNOMO; RESIDENTE NA RUA FARIAS BRITO, 893 NO BAIRRO ROMEIRÃO 2º: CONSELHEIRO FISCAL: REGIVALDO RODRIGUES DA SILVA; CPF: 002. 046. 273-54, RG: 200 002 901 2324; ESTADO CIVL: CASADO PROFISSAS: AÇOGUEIRO, ENDEREÇO NA RUA CAPITÃO COIMBRA, 1130, NO BAIRRO PIRAJÁ, NESTA URBE; 3º: CONSELHEIRO FISCAL: ADRIANA ALVES DE LIMA, CPF: 965. 038. 233-04, RG: 980 2901 957, ESTADO CIVL: SOLTEIRA, PROFISSAS: COMERCIANTE, ENDEREÇO RUA DUQUE DE CAXIAS, 335, BAIRRO PIRAJÁ. Nº SUPLENTE DE CONSELHEIRO: FRANCISCO DE ASSIS BAUTIN SIMPLICIO, CPF: 014. 024. 933-80, RG: 200 203 404 0606, ESTADO CIVL: CASADO PROFISSAS: AUTÔNOMO, RESIDENTE NA RUA FRANCISCO DA SILVA 1103 NO BAIRRO LINDOEIRO; 2º SUPLENTE FISCAL: ROGER NERIS ZERRA, CPF: 055. 396. 839-99, RG: 2004 034 709 277, RESIDENTE NA RUA JOSÉ LUIZ SIEBRA, 17 NO BAIRRO: TIMBAÚBA, ESTADO CIVL: DIVORCIADO, PROFISSAS: FEIRANTE; 3º SUPLENTE FISCAL: FRANCISCO COSTA DE OLIVEIRA, CPF: 172. 626. 048-80, RG: 260 644, ESTADO CIVL: CASADO, PROFISSAS: COMERCIANTE, ENDEREÇO: RUA SÁS BENTO, 1856, BAIRRO PIRAJÁ, RESIDENTE NESTA UBER. POR FIM, PASSOU-SE PARA O ITEM "3" DA PAUTA, POSSSE ELEITOS. A SECRETARIA NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, APÓ CONTAGEM DOS VOTOS E CONFIRMANDO A VITÓRIA DA ÚNICA CHAPA APRESENTADA, PASSOU A PALAVRA PARA O PRESIDENTE TRABALHOS QUE DEU POSSE AOS ELEITOS SUPRACITADA A RIORMENTE. NO USO DA PALAVRA O PRESIDENTE ELEITO DA PA ÚNICA, FALOU DOS COMPROMISSOS E DE SEUS PROJETOS PA

ASSOCIAÇÃO DOS PERMISSONÁRIOS DO MERCADO PIRAJA E LEMBRE  
QUE ENQUANTO A ASSOCIAÇÃO NAS CONSEGUE UMA SEDG. PRÓPRIA,  
FUNCIONARA DE FORMA PREVISÃO "DIGO" PRONÓRIA EM SEU PONTO  
COMERCIAL, CIRCA O BOX 512 (QUINHENTOS E DOZE) NO MERCADO  
PIRAJA. NADA MAIS HAVENDO, O PRESIDENTE, FEZ UM RESUMO DOS  
TRABALHOS DO DIA, BEM COMO DAS DELIBERAÇÕES, AGRADECEU PELA  
PARTICIPAÇÃO DE TODOS. OS PRESENTES E DEU POR ENCERRADA A  
REUNIÃO, DA QUAL EU, FERNANDA DE OLIVEIRA VIEIRA, SECRETÁRIA  
AD. HOC DA REUNIÃO, LAUREI A PRESENTE ATA, QUE FOI LIDA,  
ACHADA E FIRMADA POR TODOS OS PRESENTES ABAIXO RELACIO-  
NADOS: SECRETARIA: Fernanda de Oliveira Lima; PRESIDENTE:

Chico Leite VICE. PRESIDENTE: Elano Moreira das Moraes  
~~Elano Moreira das Moraes~~ DE FORMA EQUIVOCADA O SUPLENTE DE

CONSELHEIRO ASSINOU, PARA TANTO A ASSINATURA CORRETA É DA

1º TESOUROREIRO: ~~Cecília Ribeiro da Paixão~~ 2º TESOUROREIRO: Celso  
Oliveira Gonçalves 1º SECRETARIA: Fca. Michelle Fenniha  
Barros 2º SECRETARIA: Francisca Máximo da Silva Santana.

1º CONSELHEIRO FISCAL: ~~Cecília Ribeiro da Paixão~~ 2º CONSELHEIRO  
FISCAL: Reginaldo Rodrigues das Silvas 3º CONSELHEIRO FISCAL:

Adriana Alves da Silva 1º SUPLENTE DE CONSELHEIRO: Fran-  
cisco de Assis Bautista Simplicio 2º SUPLENTE DE CONSELHEI-  
RO: Roger Vítor Bezerra 3º SUPLENTE DE CONSELHEIRO: Fran-

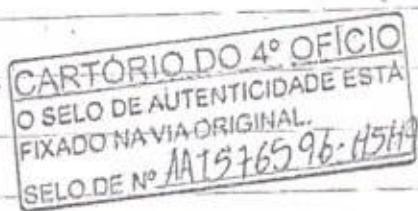
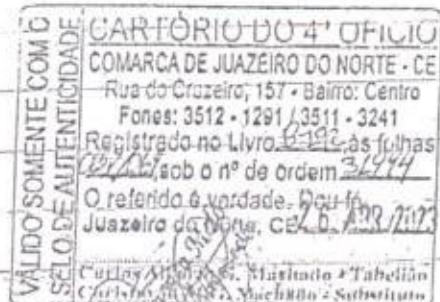
cisco Costa da Oliveira ONDE SE LÊ FRANCISCO DE ASSIS BANT-  
LEIA-SE FRANCISCO DE ASSIS BAUTISTA SIMPLICIO. ASSOCIADOS:

Toni Robson da Cunha Silveira, REGISLAVIO CAMPOS: Dos Santos,  
Pereira de Souza Ferreira, Dona Fernanda de Oliveira  
Roberto Góspahel, Edival Calixto, Cecília Nóbrega  
Raimundo Jeperson Coelho, Maria Lúcia da Silva;  
Bodanega Luisa Perim, Guilherme Alves de Souza,

Muzamira Rosa de Carvalho, Paula Lopes da Silva,  
Lourdes dos Santos Bezerra, Edoca de Oliveira da Cunha,  
Lucia Flávio da Cunha, Paula (PP) Bezerra,  
AMILS: ANTONIO SOARES; Anna Lucia Bezerra Cunha

Fabio Pereira Lima, Edson dos Santos,  
 filho de Paulo Edson, Luis Victor da Silva.  
 Anderson da Silva, ~~José Maria~~  
 da Silva, Odemir Ribeiro Schmitz, Danielle F. Costa  
 Vanuca, Silvia da Silva, Emanoel Camilli, D. Roscimento,  
 Francisco Euzebio da Silva, Selma P. da Silva,  
 Luciane Maria da Silva, maria da socorro Flaventino  
 des dentes, Galvão Damiao da Silva, Fábio H. da Silva Jr.,  
 Jerymenon de Souza criso, Maria Lúcia da Souza  
 Moreira auxiliadora Peltaria, Fernanda Reimbold  
 Machado Oliveira Carvalho, ~~Na~~ Fabiano Gomes con-  
 sidera m= de souza Sant'ana, Mayra  
 de Souza Fraga, Fábio Lima Leandro, Janaína nequira  
 da Silva, Tatiane Ferreira, Fábio Elias dos Santos V.,  
 João Pela Barreto, Jussil Santos Silva, Rosana  
 Fernandes da Silva, Wilson Celso de Paula  
 Vieira Silva, Miriam Zanigle Barbosa  
 Robles, Agostinho da Silva, Werner Góes  
 da Silva, Evandro da Almeida, Jussil dos Santos LM  
 José Daniel Santos da Souza, Gracinda B. Barbosa  
 Henrique Lima, Adrielson de Souza Silva  
 Nova dos Reis da Silva Santos, Edilene Gomes,  
 Silvio Tomaz Jr. ~~Dudu~~, Francisca dos Santos Alcantara,  
 Cidiane Sojra, Valdineu Neri Bezerra Silva,  
 Thais Paixão, Fernanda Moura Bequer, Williane Alves  
 de Almeida, Adriana Soárez Mucci, Neftali Araujo  
 Lourenço, Maria Peçã Moreira Lima, ~~Gisele~~ Tatiana R. Tenório  
 posse casas e bens (mangue de Benfeita, Águas Licena-  
 dos Santos, Eliane marcela das silva, Mario Pereira  
 Pinto, Maria Rosângela Simões dos Santos (Lerista),  
 Edison Organis da Silva Neto, Fábio Rodrigues  
 Pereira S. Pinto, Liana Soárez Gonçalves, Maria da  
 Silva, ~~Eduardo~~ RAIMUNDO ALVES DO CARVALHO, JACDAR

A COSME DA SILVA, fórmula Ribeiro de Souza, Vicente  
 Barros de Alcântara Juvenal Azevedo, Romina da Costa Aquino;  
 Jane Meide de Oliveira Batista Imolino LVI  
 e et H. messias avvss, Rosane; Nunes Soares  
 Eduldo Flávio Lopes, Agostinho de Souza, Elias  
 Cícero Duarte de Souza, Júlio de Souza Bezerra,  
 Prof de Souza, MESSIAS PEREIRA Flor, Caco Roseira França  
 Cle Souza Filho, Beatriz Santos Alves Adriano Alves,  
 Crisitano P. Sobrinho, Cleone G. Marca, Sena Lúcia  
 B. da Silva, Antônio Pinheiros dos Reis, Antônia  
 Rodrigues Souza Duail, Zeca Guiné Roberto Ferreira  
 Athuís da Costa Bezerra, Gabriel da Costa Bezerra, Francisca Ferreira  
 da Costa Bezerra, Birmi Nélia Penha, Tereza Raquel A. F. Santos





MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO

Nome: ASSOCIAÇÃO DOS PERMISSIONARIOS DO MERCADO PIRAJA - APMP  
CNPJ: 50.721.517/0001-48

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 14:48:44 do dia 16/06/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 13/12/2023.

Código de controle da certidão: 06D7.FBDA.CFD8.EDB4

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.